

Aula 10B
40B Mirando

ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

1930 – 1999

CURSO ON-LINE



Resumo aula 10A





1967-73 foi período de continuidade política e econômica. Equipe de 67: Delfim Netto e Helio Brandão. País experimenta taxas de crescimento muito altas, tanto em função da política econômica adotada, quanto em função da conjuntura internacional favorável. Adoção de estratégia gradualista de combate à inflação.

Os anos 67-73 podem ser vistos como um único período em termos de política econômica.

A equipe que assume em 67 chega diante de uma **crise de estabilização**, pois o aperto monetário e creditício tinha sido muito forte, o que trouxe mudanças profundas na condução da política econômica; restaurou a credibilidade e gerou impacto positivo em determinadas áreas.

Entre 1967 e 1973, o país atingiu taxas médias de crescimento muito altas e sem precedentes. Razões: a) em parte, por causa da política econômica do Ministro Delfim Netto; b) em parte, por causa da conjuntura internacional muito favorável. De certa forma, o “Milagre” foi um desdobramento das medidas do PAEG.

Equipe econômica do governo Costa e Silva: Delfim Netto (Fazenda) e Hélio Brandão (Planejamento). Origem acadêmica. Reconhecem progressos da gestão anterior. Entendiam que a inflação já tinha sido tratada em suas causas básicas e que a remanescente era principalmente de custos. Adotariam uma estratégia gradualista, admitindo a convivência com certa taxa.

Nas palavras de Ordem do Progresso, p.236: O **novo diagnóstico** sugeria que a política anterior resultava em **diminuição do nível de atividade** da economia, que provocava **pressões de custos** que haviam **impedido** novas **quedas** significativas **da taxa de inflação**.



Adoção de controles de preços para o controle da inflação como estratégia gradual que permitiria o crescimento da produção e do emprego. Criação do CIP em 1968.

Graças ao novo diagnóstico da inflação, afrouxaram-se as políticas de contenção da demanda (monetária, fiscal e creditícia), com exceção à política salarial, já que era considerada elemento de custo. Foi dada maior atenção aos controles diretos para o combate à inflação.

Os controles de preços permitiriam, segundo a equipe econômica, compatibilizar uma **queda no ritmo de aumento dos preços** de forma **mais gradual** do que o que se intentava na administração anterior, permitindo taxas de crescimento da produção e do emprego maiores.

Teve início, assim, uma política de controle de preços, onde os reajustes deveriam ter aprovação prévia do governo, com base nas variações de custos. Para isso, foi criado o CIP – Conselho Interministerial de Preços, em 1968.

Para acelerar o crescimento, pretendia-se melhorar o uso da capacidade produtiva existente e expandir a quantidade e melhorar a qualidade dos fatores de produção.



Objetivos para o período: crescimento econômico, aumento de investimentos em diferentes setores, redução do papel do setor público, expansão do comércio exterior e aumento da oferta de emprego. Houve crescimento médio de 11% ao ano liderado pelo setor de bens de consumo durável e, em menor escala, por bens de capital.

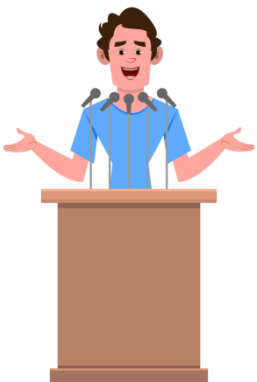
Objetivos do governo para o período:

1. Buscar o **crescimento econômico** promovido pelo aumento de **investimentos em setores diversificados**.
2. Diminuir o papel do setor público e **estimular uma maior presença do setor privado**.
3. Incentivar a expansão do **comércio exterior**.
4. Priorizar o aumento da oferta de emprego.

O crescimento econômico era importante para legitimar o regime. Era necessário reduzir a inflação sem conter indevidamente a demanda.

O crescimento do período 68-73 retomou e complementou o processo de difusão da produção e consumo de bens duráveis, iniciado no Plano de Metas.

Além de crescimento médio de 11% ao ano liderado pelo setor de bens de consumo durável e, em menor escala, por bens de capital.



Programa Estratégico de Desenvolvimento – apresentava as estratégias do governo Costa e Silva para o período 68-70. Prioridades: estabilização gradual de preços; fortalecimento da empresa privada; consolidação da infraestrutura; ampliação do mercado interno para sustentação da demanda.

O governo de Costa e Silva recebeu como herança o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado nos últimos dias do governo anterior pelo recém-criado Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea).

O Plano traçava um roteiro de desempenho para o período de 1967 a 1976, mas não chegou a ser executado.

O governo Costa e Silva tinha estratégias, que foram explicitadas nas “Diretrizes de Governo” e no resumo do PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento, para o período de 1968-70.

Prioridades do PED:

1. Estabilização gradual de preços, sem a fixação de metas explícitas de inflação.

2. Fortalecimento da empresa privada, visando à retomada dos investimentos.

3. Consolidação da infraestrutura, a cargo do governo.

4. Ampliação do mercado interno, visando a sustentação da demanda de bens de consumo, principalmente os duráveis.



1968: adoção das minidesvalorizações cambiais. Investimentos em infraestrutura contou com a participação das estatais. Houve redução do déficit primário do governo e, a partir de 1970, superávits.

Já que não havia metas explícitas de inflação no PED, tecnicamente, *havia espaço para políticas de crescimento.*

1968: Adoção da política de **minidesvalorizações cambiais** (crawling peg), evitando que a inflação causasse uma defasagem cambial importante que viesse a prejudicar a balança comercial e, indiretamente, a atividade econômica.

O governo estava determinado a **não comprometer o ajuste fiscal** através da realização de investimentos públicos em infraestrutura. Entenderam que era necessário aumentar a participação das empresas estatais nestes investimentos e reduzir a participação da administração direta.

O governo conseguiu conciliar a **realização de novos investimentos públicos com a redução do déficit primário** (nesta época, não abrangia o resultado das estatais). *A partir de 1970, houve até superávits.*

Estas empresas tinham **melhores condições de auxiliar na implementação do PED**, porque, em geral, contavam com **outras fontes de financiamento** (empréstimos), que não os recursos orçamentários.



Médici assume. Radicalização do regime autoritário. AI-5. Ambiente repressivo favorece política anti-inflacionária baseada em controle direto de preços e contenção de salários. PIB cresce quase 10% em 1968.

Com a morte de Costa e Silva em 1969, houve breve **período de transição** da Junta Militar. O governo Médici manteve a **mesma orientação política** do governo Costa e Silva, quando este se afastou.

João Paulo dos Reis Veloso torna-se Ministro do Planejamento. Delfim Netto seguiu na Fazenda.

No campo político, houve nítida radicalização do regime autoritário. Em resposta às inúmeras manifestações contrárias ao regime militar desde 1964, em dezembro de 1968, o governo Costa e Silva decretou o AI-5 (Ato Institucional nº 5. Este suspendeu as garantias constitucionais, fechou o Congresso por tempo indeterminado e cassou mandatos de políticos opositores ao regime.

Neste ambiente político repressivo, a política anti-inflacionária baseada no controle direto de preços e na contenção dos salários reais foi indiretamente favorecida.

A mudança de ênfase na política monetária e anti-inflacionária feita por Delfim Netto e os efeitos da reforma financeira, que facilitou a expansão do crédito ao consumidor, se refletiram na atividade econômica em 1968, ano em que o PIB cresceu 9,8% (mais que o dobro do ano anterior)!



Política monetária e crédito expansionistas. Contenção do aumento da inflação, graças à ociosidade da economia, ao controle de preços, à política salarial e à política agrícola.

O “milagre” foi claramente favorecido pela política monetária. Os meios de pagamento cresceram, em média, 14% ao ano no período e o crédito (principalmente ao setor privado) aumentou cerca de 17% a.a.

Quatro fatores contribuíram para que a tendência ao aumento do nível geral de preços (inflação) fosse controlada:

1. Capacidade ociosa da economia, graças ao fraco crescimento do período anterior.
2. Controle direto do governo sobre os preços industriais e juros.
3. Política salarial que resultou em queda dos salários reais.
4. Política agrícola que contribuiu para expandir a produção e evitar pressões inflacionárias no setor. Como? Através de financiamentos públicos subsidiados e de isenções fiscais para a compra de fertilizantes e tratores.

Estes fatores atuaram diretamente sobre os custos de produção. A capacidade ociosa também agiu do lado da demanda. Como as empresas não precisavam repor capital fixo no começo, a decisão de investir em capital circulante era mais rápida.



**Vamos
continuar de
onde paramos?**

IAÁÁÁÁÁ!



Principais **fontes de crescimento** do
“milagre econômico”:

1

Retomada do investimento público em infraestrutura





Essa retomada foi possibilitada pela
**recuperação financeira do
setor público**, devido à **reforma
fiscal** e aos mecanismos de endividamento
interno (financiamento não inflacionário dos déficits).

The background of the slide is a photograph of an oil drilling rig at sunset. The sky is a mix of blue, orange, and yellow, with clouds catching the low light. The rig is a tall, dark silhouette against the bright horizon. In the foreground, there are some smaller structures and equipment, also in silhouette.

2

**Aumento do investimento
das empresas estatais**



Com a maior liberdade de atuação das empresas estatais e a política de “verdade tarifária”, houve **aumento dos investimentos e do processo de conglomeração dessas empresas**. Houve criação de várias subsidiárias (ex: Petrobrás, Vale do rio Doce).

3

**Aumento da
demanda por bens
duráveis.**





O setor de bens de consumo duráveis foi o que mais cresceu no período: 23,6% ao ano em média.

O aumento da demanda se deu graças à **grande expansão do crédito ao consumidor** após a reforma financeira. Houve aumento do **endividamento familiar**.

4

Expansão da Construção Civil



A construção civil cresceu a uma taxa média de 15% ao ano:

- Graças ao aumento dos investimentos públicos na área;
- Graças ao aumento da demanda por habitações provocada pela expansão do crédito do SFH.



5

Aumento das exportações

No período, as exportações cresceram 2,5x em valor, representando ampliação significativa da capacidade de importar.





- Houve crescimento no comércio mundial e **melhoria nos termos de troca.**
- Houve ainda mudanças na política externa do país e **incentivos fiscais.**

6

Bens de Consumo não durável e agricultura

Crescimento modesto.





Agricultura: cresceu 4,5% ao ano, em média, apesar da **forte expansão do crédito agrícola**, via mecanização.

A photograph of several ice cream cones and a bowl of ice cream. The cones are arranged on a small metal stand. They include a tall pink cone, a chocolate swirl cone, a chocolate cone, a pink cone with chocolate shavings, and a vanilla cone with nuts. A small bowl of ice cream is also visible. The background is a wooden surface.

Bens de consumo não durável: crescimento ocorreu em resposta ao aumento da massa salarial, graças ao aumento do emprego e do das exportações de manufaturas e produtos agrícolas.

7

Setor de Bens de Capital

O desempenho do setor pode ser dividido em duas fases:

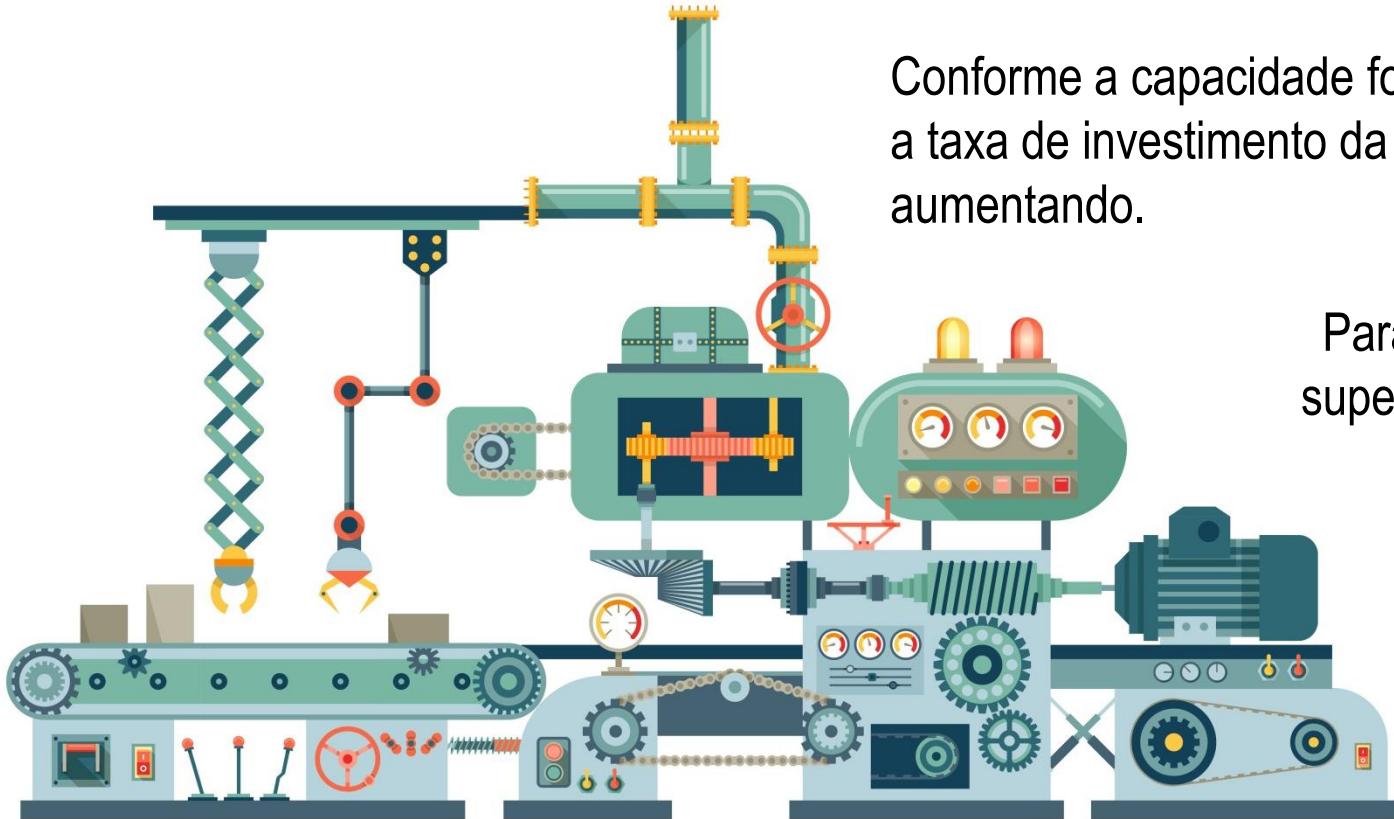
- Até 1970
- Após 1970



Até 1970: menor crescimento, baseado na ocupação da capacidade ociosa.

Conforme a capacidade foi sendo usada, a taxa de investimento da economia foi aumentando.

Para 71-73, a FBCF superou 20% do PIB.





Após 1970: o **aumento da demanda por bens de capital** fez com que esse setor fosse o de maior crescimento na segunda fase. A taxa foi de 18,1% ao ano.



8 Setor de Bens Intermediários

Apresentou taxa média de crescimento de 13,5% no período.



A expansão econômica
gerava **pressão por**
importações, por causa
da **insuficiência de**
oferta interna.

As importações foram ainda estimuladas pela política do **Conselho de Desenvolvimento Industrial – DCI**, que concedeu incentivos de forma indiscriminada e foi bastante liberal nas importações.

O fato pode ter contribuído para o atraso na produção interna de bens de capital.



A **pressão por importações** poderia levar à necessidade de **recursos externos** para **cobrir o BP**.





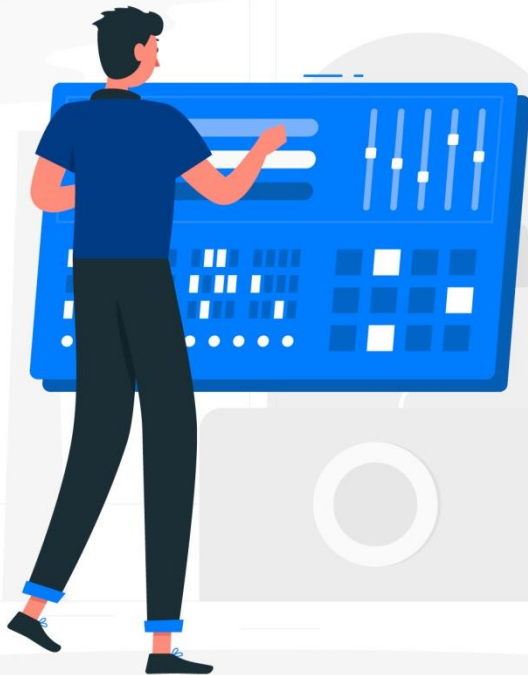
Mas...

- Houve elevado crescimento do valor das exportações
- Política cambial (minidesvalorizações)
- Política comercial (incentivos fiscais e monetários)



O **crescimento das exportações** também foi beneficiado pela **expansão do comércio mundial**, graças ao **excesso de liquidez internacional**.

A melhora nas contas
externas permitiu um
controle maior sobre a
taxa de câmbio.





Dilema: Crescimento x Equilíbrio Externo



A solução foi facilitada
por uma **combinação
de condições
favoráveis:**

1

Disponibilidade de **liquidez**
a juros baixos no
mercado externo, aliada à
“**boa vontade**” dos EUA para
com o Brasil.



2

Posição favorável dos termos de troca, pois as commodities exportáveis tinham tido aumento de preços.



3

Expansão do comércio mundial.



REPETINDO: DINHEIRO À VISTA!

Como a ampla liquidez
internacional contribuiu
para o “milagre”?





O ambiente internacional do período 1968-73 foi favorável, com a conjugação dos seguintes fatores:

1. Termos de troca favoráveis
2. Forte expansão do comércio internacional
3. Baixas taxas de juros
4. Farta disponibilidade de crédito no mercado externo



Mercado de Eurodólares



- ✓ O **aumento da liquidez internacional** resultante da **criação do mercado de eurodólares** no final dos anos 60 permitiu a **ampliação das possibilidades de endividamento** dos países tomadores, como o Brasil.

O país assim tanto aumenta o volume de crédito disponível, como também obtém baixo custo desses empréstimos (taxas de juros reais estavam na ordem de 2% a.a.)

IED

O fluxo de IED para o Brasil dobrou de patamar no início dos anos 70, ultrapassando US\$ 1,1 bilhão em 1973.



Juntos, o crescente endividamento externo e os fluxos de IED garantiram a dimensão externa do “milagre”, na forma de um BP superavitário em meio a taxas de crescimento econômico muito elevadas.



O Brasil pôde, por vários anos, usufruir da conjuntura externa sem ter que lidar com os problemas de BP que, em geral, acompanham as fases de crescimento acelerado.

Afinal, o crédito disponível garantia o financiamento do déficit em transações correntes.

E a expansão do quantum exportado e a melhoria dos termos de troca permitiram o aumento da capacidade de importar.

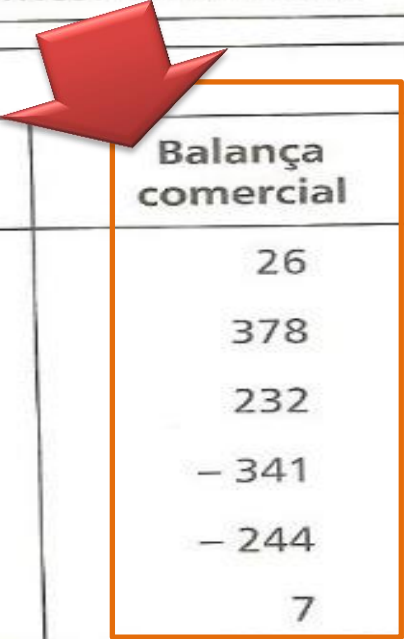


Graças ao forte ritmo de expansão do comércio mundial, **os preços das commodities aumentaram muito**. No período 70-73, o preço médio dos produtos primários aumentou cerca de 14,3% ao ano, enquanto a inflação internacional (deflator do PIB OCDE) foi de 6% a.a.



Tabela 15.4 *Balança comercial e transações correntes: 1968-1973.*

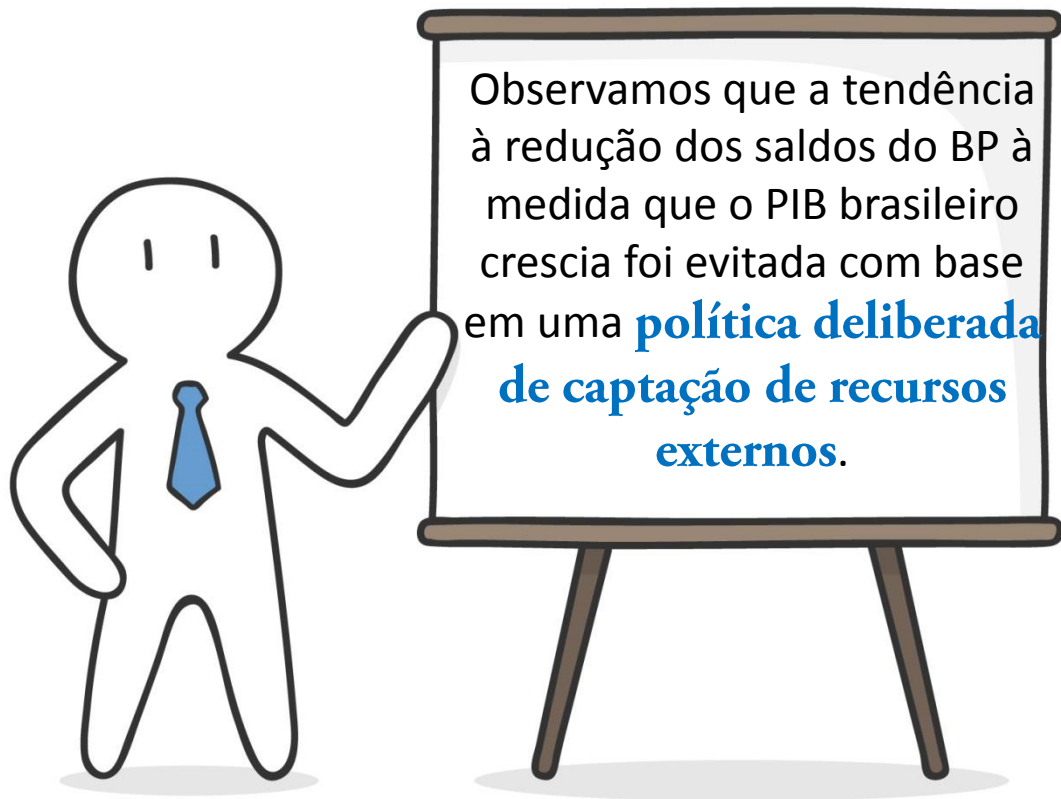
Em US\$ milhões



Ano	Exportação	Importação	Balança comercial	Transações correntes
1968	1.881	1.855	26	- 508
1969	2.311	1.933	378	- 281
1970	2.739	2.507	232	- 562
1971	2.904	3.245	- 341	- 1.037
1972	3.991	4.235	- 244	- 1.489
1973	6.199	6.192	7	- 1.688

Fonte: Conjuntura Econômica.

**Média =
aprox. 0**



Observamos que a tendência à redução dos saldos do BP à medida que o PIB brasileiro crescia foi evitada com base em uma **política deliberada de captação de recursos externos.**

Essa política **já tinha sido iniciada no governo Castello Branco**, com a abertura financeira no período, como parte da **reforma financeira (64-67).**

Deficits Crescentes

Conta de Serviços e Rendas

- US\$ 600 milhões em 1967
- US\$ 2,1 bilhões em 1973

Por quê?

- Aumento das **despesas com juros e remessas de lucros**, como reflexo da crescente atração de capital externo;
- Aumento das despesas com fretes.



O “Milagre” nas contas externas só foi possível porque o ingresso de capitais elevou-se muito: a **dívida externa bruta** brasileira saltou de US\$ 3,4 bilhões para US\$ 14,9 bilhões no mesmo período (332%).



Este endividamento mais do que compensou a necessidade de financiamento do déficit em TC,

permitindo o acúmulo de reservas internacionais pelo

Bacen, que alcançam US\$ 6,4 bi em 1973
(ante US\$ 0,2 bi em 1967).





Como podemos resumir as
características da **primeira onda
de endividamento externo?**

Resumo

- Grande afluxo de recursos externos
- Crescimento expressivo da dívida externa
 - Crescimento da dívida no montante de US\$ 9 bilhões entre 68 e 73. Destes, 6,5 bi transformam-se em reservas.
 - Com crescimento das exportações, o coeficiente de vulnerabilidade estava baixo.
 - Situação cambial tranquila.
 - Volume de reservas = + de 1 ano de importações >> mostra que houve **sobre endividamento** no período.

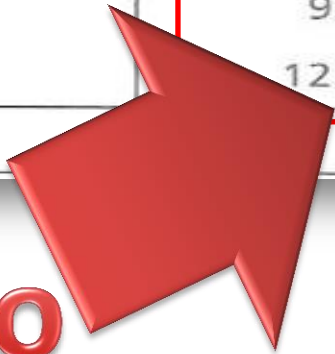
Tabela 15.5 *Dívida externa e variações de reservas: 1968-1973.*

Em US\$ milhões

Ano	Conta capital	Variação das reservas	Dívida externa bruta
1968	541,0	20,0	3.780,0
1969	871,0	549,0	4.403,3
1970	1.015,0	378,0	5.295,2
1971	1.846,0	483,0	6.621,6
1972	3.492,0	2.369,0	9.521,0
1973	3.512,1	2.145,4	12.571,5

Fonte: Banco Central.

Sobre endividamento



Qual a razão de tamanho endividamento?

Justificativa do governo militar:
necessidade de viabilizar o crescimento a
altas taxas.



Qual a razão de tamanho endividamento?

Outras explicações:

- ✓ Grandes mudanças no sistema financeiro internacional
- ✓ Liquidez internacional elevada
- ✓ Ausência de mecanismos de financiamento de longo prazo no Brasil (exceção para linhas oficiais)



MODALIDADES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS

LEI 4.131/62

Permitia o **acesso direto** das empresas produtivas ao sistema financeiro internacional.

RESOLUÇÃO 63/67 Bacen

Permitia a captação direta de recursos através de empréstimos no mercado financeiro internacional por bancos.



Tabela 15.6 *Empréstimos externos em moeda.*

Em US\$ milhões

Ano	Total	Lei nº 4.131	Resolução nº 63
1972	3.962,7	2.497,5	1.465,2
1973	3.918,7	2.849,2	1.069,5
1974	4.717,5	3.109,5	1.608,0
1975	4.701,3	3.773,0	928,3
1976	5.398,5	3.826,0	1.572,5
1977	6.178,8	4.857,4	1.321,4
1978	11.882,7	8.828,9	3.053,8
1979	10.224,8	8.650,3	1.574,5
1980	8.312,0	4.811,1	3.500,9
1981	13.063,7	7.596,6	5.467,1

Fonte: Cruz (1964).

É interessante observar a composição dos tomadores de recursos externos:

Tabela 15.7 *Lei nº 4.131 – Distribuição (%) dos tomadores.*

Ano	Setor público	Privado nacional	Privado externo
1972	24,9	27,3	47,8
1973	39,7	23,0	37,3
1974	35,3	13,9	50,8
1975	50,4	6,2	43,4
1976	51,1	3,6	45,3
1977	51,5	6,0	42,5
1978	60,2	5,3	34,5
1979	76,8	6,4	16,8
1980	76,6	3,7	19,7
1981	69,6	5,6	24,8

Fonte: Cruz (1984).

Estatização da dívida externa

Concentração de Renda



A concentração foi considerada *estratégica*
para **aumentar a capacidade de
poupança da economia, financiar
os investimentos e promover o
crescimento.**



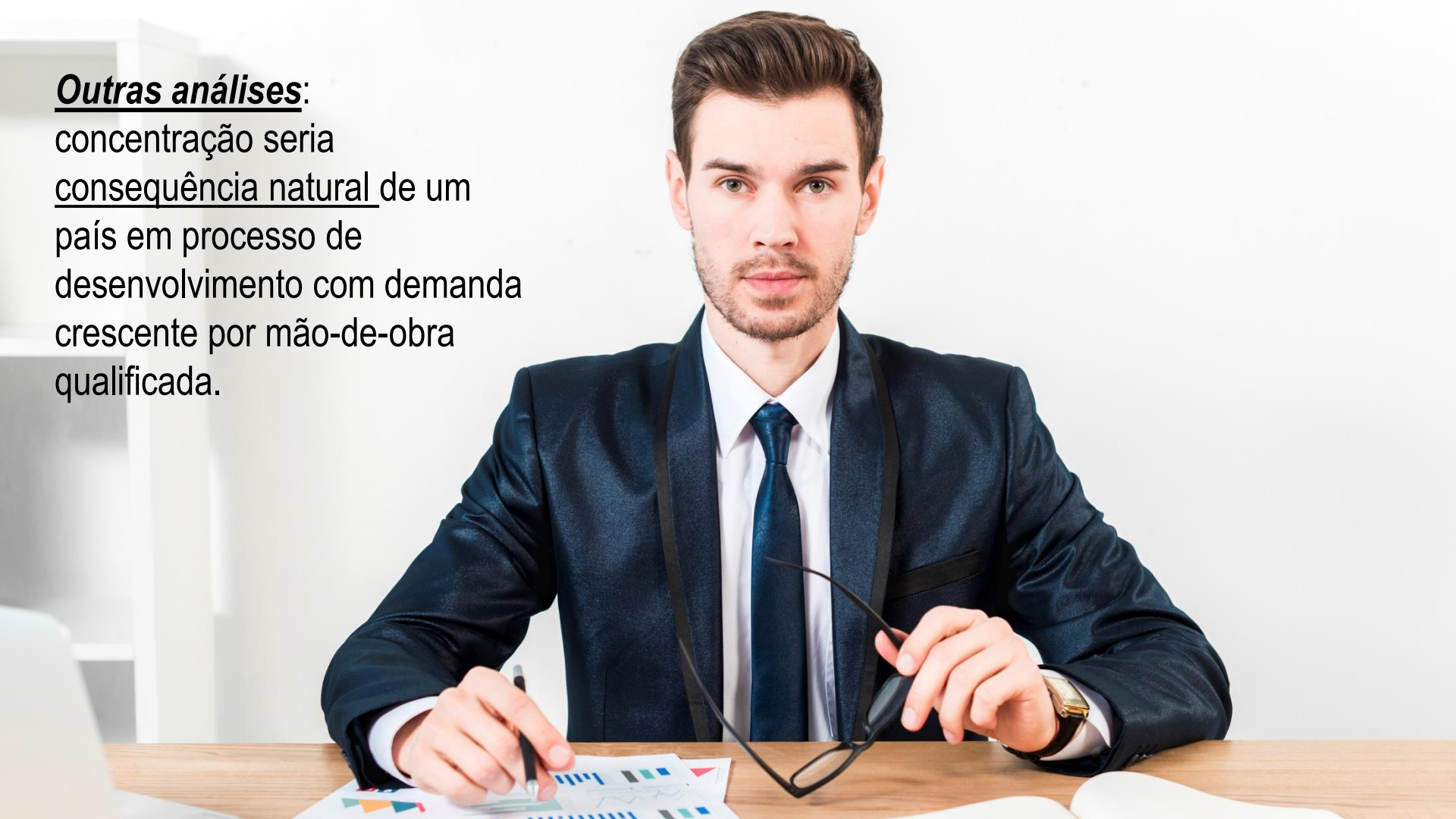
Teoria do Bolo (Langoni)

Considera a
inevitabilidade
do processo.
Criticada.



Outras análises:

concentração seria
consequência natural de um
país em processo de
desenvolvimento com demanda
crescente por mão-de-obra
qualificada.



Apesar da concentração ter aumentado, **a renda per capita geral cresceu** (todos teriam melhorado as condições de vida, mas os ricos melhoraram proporcionalmente mais).



Modernização Agrícola



Objetivo do governo militar: promover forte modernização para aumento da produtividade.

Mudanças no arcabouço institucional:

- **Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) – Lei 4.829/65**



Objetivo: linhas de crédito baratas aos agricultores para viabilizar investimentos.

- Maior parte do crédito dos anos 70 e 80 foi feita com taxas de juros nominais fixas. Com a inflação, empréstimos tinham taxas de juros reais negativas.

○ = ***crédito era subsidiado!***

- Principal agente: Banco do Brasil
- Principal fonte de recursos: orçamento monetário
- Era possível a captação externa

O problema era que apenas médios e grandes produtores obtinham créditos, por terem maior acesso ao sistema.



Mudanças no arcabouço institucional:

Políticas de Garantias de Preços Mínimos

- Principalmente nas entressafras
- Garantia renda mínima aos produtores



Mudanças no arcabouço institucional:

Aquisições do Governo Federal – AGF

- Compras feitas pelo governo com preços prefixados
- Produtor pode vender o produto no mercado ao preço de mercado ou ao governo, ao preço prefixado.
- Muito importante no processo de modernização agrícola.



Mudanças no arcabouço institucional:

Empréstimos do Governo Federal – EGF

- Linha especial de crédito baseada em penhor.
- Objetivo: financiar estocagem do produto pelo agricultor, para que este possa vendê-lo em momento mais apropriado.





- ✓ Importância da EMBRAPA – pesquisas e auxílio técnico aos agricultores
- ✓ Aumento da mecanização e quimificação das fazendas;
- ✓ Forte aumento na produção de bens exportáveis e, posteriormente, para atendimento ao mercado doméstico.

Pró - Álcool

Programa de incentivo à produção de álcool combustível com base na cana-de-açúcar, dados os problemas com a importação de petróleo.

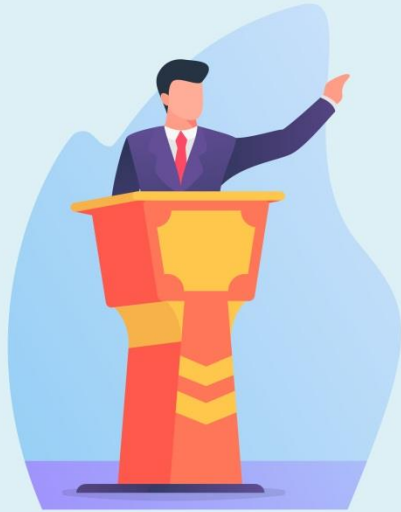
- Expansão da fronteira agrícola na direção da região Centro-Oeste.
- Aumento da produtividade + aumento da área plantada.
 - Embrapa – fundamental.
- Adaptação das espécies ao cerrado.



- Aumento da concentração fundiária, do uso de mão de obra temporária e aumento lento do pessoal ocupado no setor.
- Piora na distribuição de renda no setor agrícola.



O período de 1964-73 e a herança para o Governo Geisel



Ao longo do período 1964-73, **os objetivos da política econômica** foram os mesmos:

- Combate à **inflação**
- Promoção do **crescimento** econômico
- Melhora das **contas externas**, através do aumento das exportações e substituição de importações.



Mas o período teve duas fases distintas:

1. 1964-67: **comportamento errático**, com períodos de recuperação e desaceleração
2. 1968-73: clara **tendência expansiva**



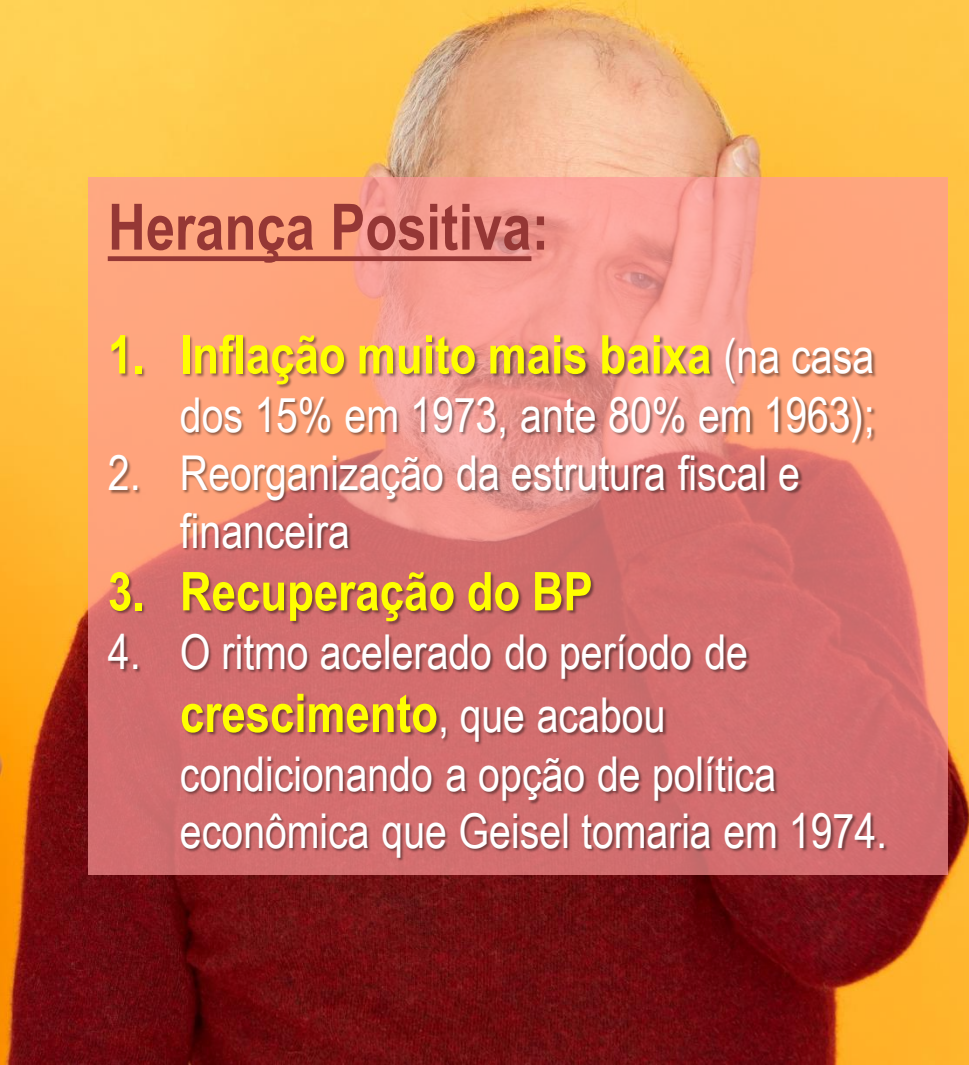
A herança que o período 1964-73 deixou ao governo
Geisel (74-79) foi **positiva** e **negativa**.





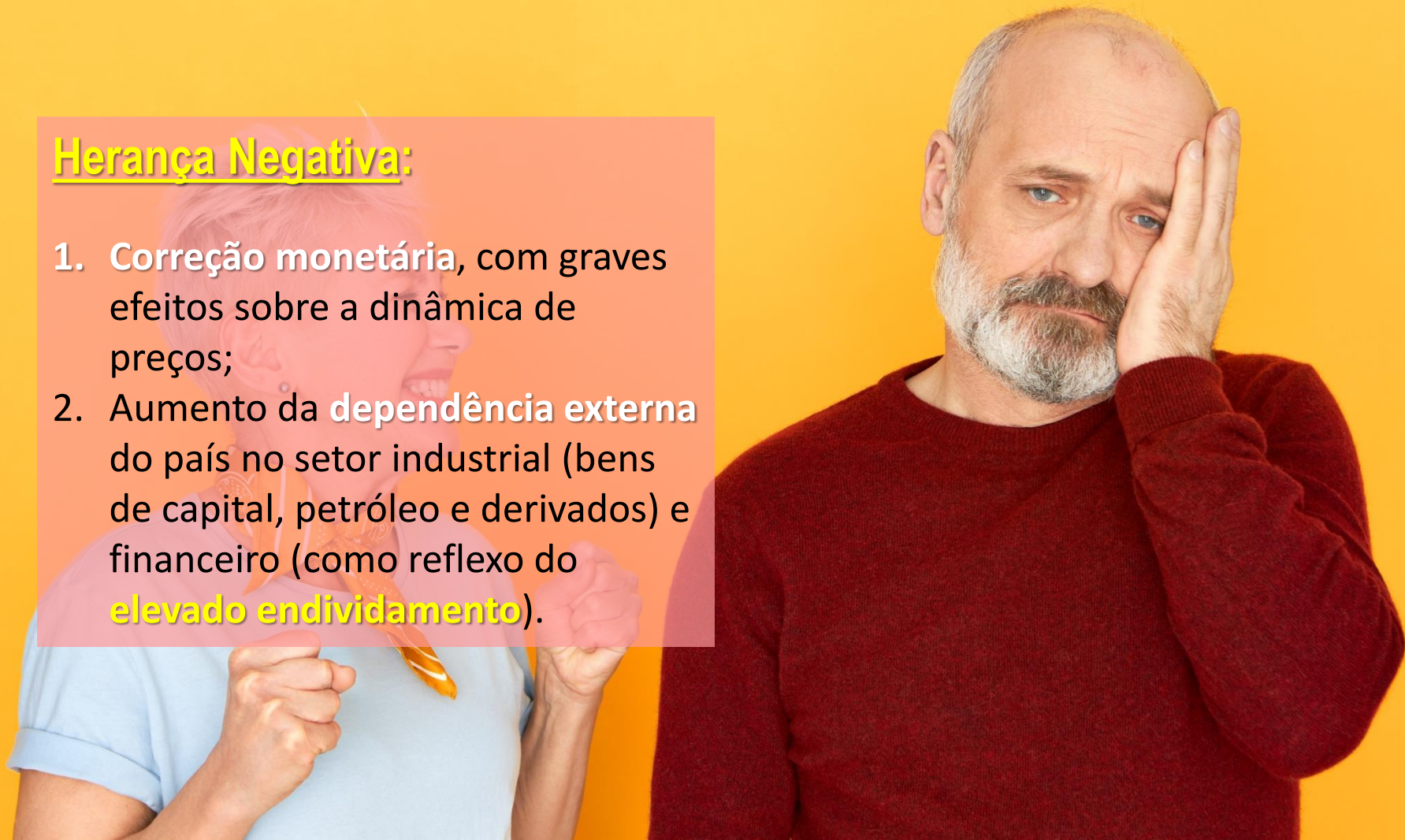
Herança Positiva:

1. **Inflação muito mais baixa** (na casa dos 15% em 1973, ante 80% em 1963);
2. Reorganização da estrutura fiscal e financeira
3. **Recuperação do BP**
4. O ritmo acelerado do período de **crescimento**, que acabou condicionando a opção de política econômica que Geisel tomaria em 1974.



Herança Negativa:

1. Correção monetária, com graves efeitos sobre a dinâmica de preços;
2. Aumento da **dependência externa** do país no setor industrial (bens de capital, petróleo e derivados) e financeiro (como reflexo do **elevado endividamento**).



**Terminamos
O Milagre
Econômico!**

Até a próxima aula!

